

boletim paradigma



vol 09
ago 2014

ISSN 2176-3445

Educação a distância e análise do comportamento

Resenha do livro *A Pesquisa de Processo em Psicoterapia*

Entrevista com João Ilo Coelho Barbosa

História de Vida: Adélia Maria dos Santos Teixeira

Do uso esporádico ao padrão de dependência, da teoria ao tratamento: Uma perspectiva operante do comportamento de autoadministrar substâncias

Orientação de pais: Encontrando a luz azul...

Comportamento em Cena: *Feitiço do Tempo*

Sustentabilidade é um termo válido na análise do comportamento?

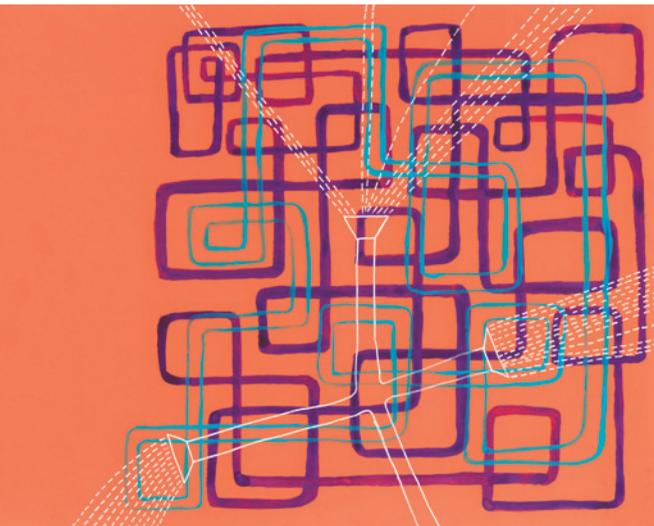


Ilustração da capa: Silvia Amstalden

O Núcleo Paradigma é um centro de pesquisa, ensino e assistência, localizado na cidade de São Paulo, no bairro de Perdizes. Fundado em 2005, tem como objetivo a busca de soluções para problemas relacionados ao comportamento humano, oferecendo os seguintes serviços e atividades:

Formação em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, aprimoramento e extensão, atualização e capacitação profissional.

Clínica multidisciplinar composta por terapeutas, psiquiatras, acompanhantes terapêuticos (ATs) e terapeutas ocupacionais, que trabalham sob a perspectiva analítico-comportamental no atendimento de crianças, adolescentes, adultos, idosos, casais, famílias, pessoas com desenvolvimento atípico e transtornos psiquiátricos.

Eventos culturais que promovem o diálogo da psicologia com diferentes áreas do conhecimento e da arte.

boletim paradigma

Uma publicação do Núcleo Paradigma,
Ensino e Consultoria em Psicologia Ltda.
São Paulo, vol. 9, agosto de 2014.

Coordenação Editorial

Roberta Kovac

Assistentes Editoriais

Bernardo Dutra Rodrigues

Ila Marques Porto Linares

Revisão

Dante Marino Malavazzi

Comissão executiva

Roberta Kovac

Joana Singer Vermes

Denis Zamignani

Roberto Alves Banaco

Candido Pessôa

Projeto gráfico e diagramação

Silvia Amstalden



Núcleo Paradigma, Ensino e
Consultoria em Psicologia Ltda.

Rua Wanderley, 611

Perdizes, São Paulo-SP

CEP: 05011-001

TEL: 55 11 3872 0194

www.nucleoparadigma.com.br

contato@nucleoparadigma.com.br

Agosto 2014

Tiragem: 5.000 exemplares

ISSN 2176-3445

Sumário

Editorial 2

Aplicação 3

Educação a distância e análise do comportamento

Sabrina L. de Araújo e Natália de M. Matheus

Na Estante 9

Resenha do livro *A Pesquisa de Processo em Psicoterapia*, organizado por Denis Zamignani e Sonia Meyer. Editora Núcleo Paradigma (São Paulo), 2014

Jan Luiz Leonardi

Paradigma Entrevista 12

Roberta Kovac entrevista João Ilo Coelho Barbosa

História de Vida 15

Adélia Maria dos Santos Teixeira

por Vivian Marchezini-Cunha

Teoria e Aplicação 17

Do uso esporádico ao padrão de dependência, da teoria ao tratamento:

Uma perspectiva operante do comportamento de autoadministrar substâncias

André Q. C. Miguel, Rodolfo Yamauchi, Viviane Simões e Ronaldo R. Laranjeira

Análise do Comportamento Aplicada à Educação – Orientação de pais 26

Encontrando a luz azul...

Ana Beatriz D. Chamati

Comportamento em Cena 28

Feitiço do Tempo: Metáfora sobre a importância da variabilidade comportamental

Bernardo Dutra Rodrigues e Ila Marques Porto Linares

Análise do Comportamento e Sociedade 31

Sustentabilidade é um termo válido na análise do comportamento?

Candido Pessoa

Editorial

Caros colegas,

Chegamos à nona edição do *Boletim Paradigma*, trazendo um material rico aos nossos leitores, sejam eles analistas do comportamento ou não. Neste volume, coube a Vívian Marchezini redigir a seção História de Vida, dedicada à professora Adélia Teixeira, figura de destaque no desenvolvimento da análise do comportamento no Brasil.

A exemplo da edição anterior, este Boletim traz uma reflexão sobre o processo brasileiro de *acreditação em análise do comportamento*. Nesse sentido, a entrevista com João Ilo Barbosa, atual presidente da ABPMC, aprofunda a análise iniciada por Silvio Botomé. De modo semelhante, Candido Pessoa volta a abordar o tema da sustentabilidade, apresentando dois projetos de pesquisa do nosso Mestrado Profissional baseados nesse conceito.

Outro assunto atual discutido nesta edição é o crescimento do ensino a distância (EaD) no Brasil, avaliado por Sabrina Araújo e Natália Matheus. As autoras indicam possíveis contribuições da análise do comportamento para aprimorar a qualidade do ensino em cursos online. André Luiz Miguel e colegas, por sua vez, discorrem sobre o manejo de contingências em casos clínicos de abuso de substâncias.

Professor da nossa Especialização em Clínica Analítico-Comportamental, Jan Leonardi resenha a obra *A Pesquisa de Processo em Psicoterapia*, de Denis Zamignani e Sonia Meyer, a ser lançada em breve pela Editora Núcleo

Paradigma. Já Bernardo Rodrigues e Ila Linares, terapeutas da nossa equipe, analisam o filme *O Feitiço do Tempo*.

Gostaríamos de aproveitar este espaço, ainda, para agradecer a todos que têm contribuído ao crescimento do Núcleo Paradigma. Atualmente, estão em andamento duas turmas do Mestrado Profissional em Análise do Comportamento Aplicada, três turmas da Qualificação Avançada em Clínica Analítico-Comportamental, duas turmas da Qualificação Avançada em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) aos transtornos do espectro autista e atraso no desenvolvimento, dois cursos de formação, diversos grupos de pesquisa e uma série de cursos de curta duração. A cada semestre, uma variedade de cursos de férias também tem sido oferecida, confirmando as inúmeras aplicações e as diferentes questões abordadas pela análise do comportamento. Tudo isso é produto de muito trabalho e da união de cada um que cuida um pouquinho do Núcleo Paradigma.

A todos vocês, nosso muito obrigado!

Um forte abraço,
Candido Pessoa
Denis Zamignani
Joana Singer Vermes
Roberta Kovac
Roberto Alves Banaco

Aplicação

Educação a distância e análise do comportamento

Sabrina L. de Araújo e Natalia de M. Matheus

O ensino online é uma forma de educação a distância (EaD) cada vez mais utilizada no Brasil e no mundo. Aqui, duas portarias do Ministério da Educação (MEC)¹ autorizaram instituições de ensino a

Embora o conceito de EaD seja variado, boa parte das definições inclui três aspectos: (a) possibilidade de instrução independentemente do local onde professor e aluno se encontram, (b) ampla utilização de tecnologias no processo de ensino e aprendizagem e (c) flexibilidade nos programas de cada curso.

realizarem cursos nessa modalidade. Em 2012, segundo o Censo da Educação Superior, 15.8% dos estudantes brasileiros matricularam-se em cursos de graduação a distância.

Embora o conceito de EaD seja variado, boa parte das definições inclui três aspectos: (a) possibilidade de instrução independentemente do local onde professor e aluno se encontram, (b) ampla utilização de tecnologias no processo de ensino e aprendizagem e (c) flexibilidade nos programas de cada curso (Keegan, 1996; Litwin, 2001; Moràn, 1994/2002).

No ano passado, Allen e Seaman (2013) publicaram um abrangente estudo sobre o tema, intitulado “Changing Course: Ten Years of Tracking Online Education in the United States”.² No período analisado, houve um aumento de 10% no ensino online, taxa maior do que os 2% de crescimento de todo o ensino superior, e 31% dos alunos de graduação realizaram pelo menos um curso online naquele período.

Para Johnson, Adams Becker, Estrada e Freeman (2014), no entanto, o alcance do ensino online ainda não atingiu seu patamar máximo, apesar de já ser considerado uma alternativa viável a algumas formas de ensino presencial. Na avaliação dos autores, os recursos tecnológicos de imagem e som não apenas ampliam as possibilidades de interação entre professor e aluno, mas também elevam sua qualidade.

Curso Online Aberto e Massivo

Em 2008, os educadores canadenses Stephen Downes e George Siemens desenvolveram o

primeiro curso online aberto e massivo – em inglês, *massive open online course* (MOOC). Como o próprio nome sugere, trata-se de um curso *aberto* por ser gratuito ou de baixo custo, *massivo* por ser oferecido a milhares de estudantes simultaneamente e *online* porque os materiais didáticos utilizados exigem acesso à internet e domínio das tecnologias de informação e comunicação (Mota & Inamorato, 2012).

Um dos objetivos principais dos MOOCs é oferecer a estudantes carentes a oportunidade de realizar um curso de qualidade para sua formação. Para isso, pretendiam respeitar o ritmo de aprendizagem de cada aluno e lhes permitir verificar constantemente seu progresso. Na concepção inicial dos MOOCs, os estudantes eram vistos como colaboradores na construção do conhecimento. Por essa razão, os cursos buscavam estimular a discussão dos conteúdos (Johnson, Adams Becker, Estrada & Freeman, 2014).

Em tese, a oferta de ensino de qualidade a distância a um baixo custo poderia concorrer com o modelo tradicional de educação. No entanto, a promessa de revolução ainda não se concretizou. Até o momento, cada instituição organiza seus MOOCs de forma particular, com vistas a atender grupos específicos de alunos. A proposta de ensino colaborativo é exceção, não regra.

Além disso, as taxas de conclusão dos MOOCs variam de 5% a 16%, bastante inferiores às de cursos presenciais (Johnson et al., 2014). O problema também não parece circunscrito à taxa de conclusão: um estudo realizado com alunos da Universidade da Pensilvânia mostrou que, em média, apenas metade dos inscritos em cursos de EaD assiste a uma aula (Lewin, 2013).

Ao mesmo tempo, as notas dos alunos de graduação nos MOOCs não são maiores do que as de alunos em cursos presenciais. Com um agravante: os estudantes com melhores notas nos MOOCs não são os alunos mais carentes, o que coloca em xeque sua rápida expansão (Westervelt, 2014).

Assim, apesar do potencial do EaD e da tendência dos MOOCs, estes últimos têm enfrentado dificuldades para alcançar seus objetivos, sobretudo o de aumentar as taxas de

Apesar do potencial do EaD e da tendência dos MOOCs, estes últimos têm enfrentado dificuldades para alcançar seus objetivos, sobretudo o de aumentar as taxas de conclusão dos cursos e garantir a qualidade da aprendizagem.

conclusão dos cursos e garantir a qualidade da aprendizagem. Na opinião de alguns, a solução desses problemas está na utilização de mídias para oferta de diferentes oportunidades de interação com os alunos (Johnson, Adams Becker, Estrada & Freeman, 2014). Para contribuir com essa discussão, caberia perguntar: de que forma a análise do comportamento pode ajudar os MOOCs a atingirem suas metas educacionais?

Análise do Comportamento e Educação

Em 1968, Skinner publicou o livro *The Technology of Teaching*.³ A obra ilustra como princípios comportamentais podem ser aplicados à educação, de modo a reduzir índices de evasão/repetência e a promover a aprendizagem de comportamentos necessários à solução de problemas sociais. Depois de Skinner, outros autores também se dedicaram a essa tarefa (Greer, 1992; Heward & Cooper, 1992; Keller, 1972/1999; Luna, 1999; Matheus, 2010).

Na década de 1980, analistas do comportamento estenderam a proposta de Skinner (1968/2003) ao ensino mediado por compu-

tadores. Como apontam Pear e Crone-Todd (1999), nasce o *computer-aided personalized system of instruction* (CAPSI)⁴, um sistema de ensino desenvolvido com base nos fundamentos do conhecido *personalized system of instruction* (PSI).⁵

Entre as características do PSI, destacam-se: (a) o respeito ao ritmo individual de aprendizagem; (b) a exigência de 100% de aproveitamento numa unidade antes de passar à seguinte; (c) a apresentação de palestras e a realização de demonstrações como recursos motivacionais; (d) a adoção da escrita como meio preferencial de comunicação entre alunos e professores; (e) o uso de monitores, responsáveis pela correção imediata das avaliações feitas pelos alunos, favorecendo a interação um-para-um do processo de ensino-aprendizagem. (Keller, 1972/1999).

Para Bostow, Kritch e Tompkins (1995), a utilização do PSI em cursos de EaD (e.g., CAPSI) permite ao professor arranjar contin-

A utilização do PSI em cursos de EaD (e.g., CAPSI) permite ao professor arranjar contingências de ensino, da mesma maneira que em cursos presenciais, e tem a vantagem de aliar diferentes possibilidades de interação oferecidas pela tecnologia.

gências de ensino, da mesma maneira que em cursos presenciais, e tem a vantagem de aliar diferentes possibilidades de interação oferecidas pela tecnologia.

Sendo assim, vale indicar possíveis contribuições da análise do comportamento aos objetivos estabelecidos pelos MOOCs.

Qualidade

De modo geral, os MOOCs se destacam pela qualidade e pela diversidade de materiais didáticos oferecidos aos alunos. A análise do comportamento poderia contribuir ao plane-

jamento das contingências de ensino envolvendo materiais como áudios, vídeos, jogos, entre outros. Tal planejamento deveria prever a interação do aluno com os materiais, bem como *feedbacks* adequados às suas respostas, garantindo a qualidade do ensino.

Interação

Conforme já mencionado, a concepção original dos MOOCs prevê interações voltadas a tornar os alunos colaboradores na produção do conteúdo dos cursos. Atualmente, porém, os MOOCs oferecem poucas oportunidades de interação. Quando elas existem, não estão necessariamente relacionadas à participação e ao desempenho dos alunos.

No CAPSI, por outro lado, os estudantes interagem constantemente com monitores. Em geral, os monitores são ex-alunos dos cursos em questão. Por terem se destacado academicamente, eles são convidados a discutir com os novos alunos os conceitos e as atividades planejadas pelos professores. Nessas interações, a finalidade principal é oferecer um *feedback* adequado ao desempenho de cada estudante durante o curso.

Ainda assim, o modelo de interação proposto no CAPSI não satisfaz os alunos, que, em pesquisas de satisfação, declararam-se insatisfeitos com a quantidade de interações (Araújo, 2008; Couto, 2009). É possível que as ferramentas utilizadas, que privilegiam a interação por escrito, devam ser substituídas por outras, que possibilitem a interação *face-to-face*, como videochats, entre outros. O impacto da utilização dessas tecnologias no aproveitamento do curso e na satisfação dos alunos deverá ainda ser estudado.

Evasão

Como visto anteriormente, os alunos matriculados nos MOOCs apresentam baixas taxas de conclusão nos cursos. De um lado, há aqueles que se matriculam nos MOOCs, mas sequer acessam os materiais disponíveis. De outro, estão os alunos que iniciam os cursos, até acessam parte de seus materiais, mas não os concluem.

A compreensão desses padrões de comportamento exige analisar contingências tanto externas quanto internas a cada curso. Skinner (1968/2003) aponta dois motivos pelos quais os alunos geralmente desistem ou abandonam um curso: (a) presença de contingências aversivas e (b) taxa de reforçamento positivo insuficiente à manutenção da frequência e da realização das atividades propostas. Para evitar a evasão, o autor propõe o planejamento de atividades com alta probabilidade de acerto e grau de dificuldade crescente. Em última análise, a meta é tornar o sucesso do aluno no curso a principal consequência responsável pela manutenção de seu desempenho.

Araújo (2008) e Couto (2009) utilizaram o CAPSI para ensinar conceitos básicos da análise do comportamento em cursos online. Segundo ambas as autoras, entre os alunos que concluíram tais cursos, as notas foram superiores às de estudantes em cursos equivalentes presenciais ou em outros cursos online. O resultado contraria os dados de Westervelt (2014), sugerindo que o planejamento de contingências de ensino no CAPSI é mais eficaz do que em cursos presenciais e/ou em outros cursos online. No entanto, esse arranjo não foi suficiente para garantir melhores taxas de conclusão.

Esta análise das contribuições da análise do comportamento aos MOOCs sugere que ainda se faz necessário desenvolver tecnologias de

ensino com maior densidade de reforçamento positivo, além de aprofundar a compreensão de contingências externas e internas a cada curso de EaD, a fim de promover maior engajamento e conclusão dos MOOCs. ■

1 Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e Portaria nº 873, de 7 de abril de 2006.

2 Em português, “Mudando o Curso: Dez Anos de Acompanhamento da Educação Online nos Estados Unidos”.

3 Em português, *A Tecnologia do Ensino*.

4 Em português, *sistema personalizado de ensino com ajuda de computadores*.

5 Em português, *sistema personalizado de ensino (PSI)*.

Sabrina L. de Araújo é psicóloga e mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela PUC-SP. Atualmente, cursa MBA em Gestão Estratégica e Econômica de Projetos na FGV. Na Fundação Carlos Alberto Vanzolini, é gestora de projetos educacionais.

Natália de M. Matheus é psicóloga, mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento e doutoranda em Psicologia da Educação pela PUC-SP. No Núcleo Paradigma, atua como professora nas especializações em Clínica Analítico-Comportamental e em Análise do Comportamento Aplicada. Na Fundação Carlos Alberto Vanzolini, é designer instrucional.

Referências

Allen, E. & Seaman, J. (2013). Changing course: Ten years of tracking online education in the United States. Recuperado de <http://www.onlinelearning-survey.com/reports/changingcourse.pdf>.

Araújo, S. L. (2008). Educação à distância com um sistema personalizado de ensino (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Bostow, D. E., Kritch, K. M. & Tompkins, B. F. (1995). Computers and pedagogy: Replacing telling with interactive computer-programmed instruction. *Behavior Research Methods, Instruments & Computers*, 27, 297-300.

Couto, C. M. (2009). Educação à distância e sistema personalizado de ensino: Avaliação de um curso utilizando o sistema CAPSI (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Greer, D. (1992). L'enfant terrible meets the educational crisis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 23, 65-69.

Heward, W. & Cooper, J. O. (1992). Radical behaviorism: A productive and needed philosophy for education. *Journal of Behavioral Education*, 2, 345-365.

Johnson, L., Adams Becker, S., Estrada, V. & Freeman, A. (2014). *NMC horizon report: 2014 higher education edition*. Austin, Estados Unidos: The New Media Consortium.

Keegan, D. (1996). *Foundations of distance learning*. London: Routledge.

Keller, F. (1999). Adeus, mestre! *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1, 9-21. (Trabalho original publicado em 1972.)

Lewin, T. (11 de Dezembro de 2013). After setbacks, online courses are rethought. *The New York Times*, p. A1. Recuperado de http://www.nytimes.com/2013/12/11/us/after-setbacks-online-courses-are-rethought.html?_r=2&.

Litwin, E. (2001). Das tradições à virtualidade. Em E. Litwin (Org.), *Educação à distância: Temas para o debate de uma nova agenda educativa*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Luna, S. V. (1999). Contribuições de Skinner para a educação. *Psicologia da Educação*, 7/8, 123-151.

Matheus, N. M. (2010). Uma análise da política nacional de educação segundo as propostas de Skinner (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Morán, J. (2002). O que é educação à distância. Recuperado de <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. (Trabalho original publicado em 1994.)

Mota, R. & Inamorato, A. (Novembro de 2012). MOOC, uma revolução em curso. *Jornal da Ciência*, 4630. Recuperado de <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=85111>.

Pear, J. J. & Crone-Todd, D. E. (1999). Personalized system of instruction in cyberspace. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 32, 205-209.

Skinner, B. F. (2003). *The technology of teaching*. Cambridge, Estados Unidos: B. F. Skinner Foundation. (Trabalho original publicado em 1968.)

Westervelt, E. (2014). *The online education revolution drifts off course*. *The News for Louisville*. Recuperado de <http://wfpl.org/post/online-education-revolution-drifts-course>.

perspectivas

em análise do comportamento

ISSN 2177-3548

Nota B2, pela avaliação Qualis/CAPES

Análise do comportamento, behaviorismo radical, ciência do comportamento, práticas culturais, clínica analítico-comportamental, áreas de aplicação da análise do comportamento, ensino de análise do comportamento, interface com ciências biológicas e metodologia em análise do comportamento

Linha editorial ampliada: aceita relatos de pesquisa aplicada.

Agora indexada no Index Copernicus Journals Master List, IMBIOMED e Sumários.org.



ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E ATENDIMENTO EXTRACONSULTÓRIO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

modalidade presencial

coordenação
FERNANDO A. CASSAS
ROBERTA KOVAC

público-alvo
profissionais e estudantes
das áreas de saúde e
educação

CURSOS
paradigma

início
fevereiro de 2015

carga horária total de 130,5 horas
Módulo teórico de 59,5 horas
Módulo prático de 71 horas



www.nucleoparadigma.com.br
Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3672-0194
CRP 4861J

Na Estante

Resenha do livro *A Pesquisa de Processo em Psicoterapia*, organizado por Denis Zamignani e Sonia Meyer. Editora Núcleo Paradigma (São Paulo), 2014.

Jan Luiz Leonardi

A PESQUISA DE PROCESSO EM PSICOTERAPIA

O desenvolvimento do SiMCCIT

Sistema Multidimensional para a
Categorização de Comportamentos
na Interação Terapêutica

1
volume

Núcleo
paradigma
Análise do comportamento

Denis Zamignani
Sonia Beatriz Meyer

Em 1952, o psicólogo alemão Hans J. Eysenck publicou uma revisão dos estudos empíricos de psicoterapia à época¹ e concluiu que nenhum tipo de intervenção era mais eficaz para a melhora do paciente do que a mera passagem do tempo, sugerindo que a prática clínica não passava de um procedimento inócuo. Desde então, aumentou exponencialmente o número de pesquisas empíricas em busca de evidências científicas da efetividade da psicoterapia. Como resultado, demonstrou-se, enfim, que a prática clínica funciona.

Entretanto, saber que a psicoterapia funciona é pouco. Faz-se necessário compreender o que exatamente ocorre durante uma sessão que faz com que ela seja eficaz. Faz-se necessário, portanto, identificar os mecanismos de mudança que explicam *por que e como* a psicoterapia produz melhoras. Faz-se necessário, em suma, descobrir o *processo*. Por exemplo, depois que diversos estudos demonstraram que a dessensibilização sistemática é eficaz para “curar” fobias específicas, pesquisadores decompuseram esse procedimento em pesquisas de processo e concluíram que o mecanismo comportamental responsável pelos seus efeitos era a extinção respondente, e

não o contracondicionamento por inibição recíproca, como originalmente proposto pelo psiquiatra sul-africano Joseph Wolpe.

Desde a década de 1960, quando as pesquisas de resultado começaram a surgir, reconhecia-se a necessidade de criar um instrumento capaz de descrever de modo confiável e generalizável a interação verbal entre terapeuta e cliente. Assim, diversos sistemas de categorização foram elaborados. No entanto, apesar das contribuições que trouxeram para o entendimento do processo terapêutico, permanecia uma importante limitação nos estudos da psicoterapia analítico-comportamental: pesquisas diferentes utilizavam sistemas diferentes, o que impedia a comparação dos dados e, por conseguinte, o avanço científico da área. O estudo da psicoterapia requeria, então, uma unificação das pesquisas de processo em torno de um único sistema de categorização.

Foi com essa inquietação que Denis Zamignani deu início ao seu doutorado no Instituto de Psicologia da USP, sob orientação de Sonia Meyer, defendendo sua tese em 2008. Inicialmente, o trabalho consistiu num amplo levantamento da literatura, no qual sistemas de categorização da interação terapêutica já existentes foram minuciosamente analisados a fim de se identificar um grande número de elementos para a caracterização dos comportamentos do terapeuta e do cliente. Posteriormente, com base nessa análise, Denis e Sonia criaram o Sistema Multidimensional de Categorização de Comportamentos na Interação Terapêutica (SiMCCIT), cuja aplicabilidade foi testada – com sucesso – em sessões de terapia analítico-comportamental.

O SiMCCIT é composto por três eixos de categorização e por quatro qualificadores. O Eixo 1, relativo ao comportamento verbal, contém 15 categorias para as verbalizações do terapeuta e 13 para as do cliente, tendo como qualificadores o tom emocional (com seis categorias) e os gestos ilustrativos (com duas categorias). O Eixo 2 decompõe os temas abordados durante a sessão em 16 categorias e seus qualificadores são o tempo no qual o assunto é tratado (com cinco categorias) e a condução do tema na sessão (com cinco categorias). O Eixo 3, por sua vez, diz respeito às respostas motoras e contém cinco categorias.

De 2007 – ano em que o SiMCCIT foi desenvolvido – para cá, várias pesquisas investigaram o processo terapêutico com esse sistema de categorização, em diversas instituições do Brasil, como USP, UNESP, PUC-SP, PUC-PR, UFMS e Núcleo Paradigma. Dessa forma, o objetivo inicial de Denis e Sonia – de possibilitar a comparação entre dados de diferentes trabalhos com um único sistema de categorização – está sendo atingido.

Neste ano, a editora do Núcleo Paradigma publicou o livro *A Pesquisa de Processo em*

A publicação de A Pesquisa de Processo em Psicoterapia cai como uma luva no cenário atual da psicologia, marcado pelo movimento da prática baseada em evidências. É a análise do comportamento, mais uma vez, tornando a ciência um empreendimento útil para a melhora do sofrimento humano.

Psicoterapia, em dois volumes. O Volume 1, de autoria de Denis Zamignani e Sonia Meyer, é composto por sete capítulos. Voltado ao desenvolvimento metodológico do SiMCCIT, inclui a revisão de literatura sobre os sistemas de categorização (mencionada anteriormente), o manual para a utilização do instrumento

criado por eles e um exercício de aplicação das categorias às diferentes etapas do processo terapêutico. O Volume 2, organizado por Denis Zamignani e Sonia Meyer, traz estudos clínicos com o SiMCCIT realizados em diferentes regiões do país, por pesquisadores como Alessandra Bolsoni-Silva, Claudia Oshiro, Giovana Del Prette, Giovana Munhoz da Rocha, Juliana Donadone, entre outros – o que contribuiu para a validação, o aperfeiçoamento e a generalidade do instrumento.

A compilação do conhecimento produzido pelo SiMCCIT numa única obra representa um grande avanço para a produção de evidências empíricas em terapia analítico-comportamental. Em vista disso, a publicação de *A Pesquisa de Processo em Psicoterapia* cai como uma luva no cenário atual da psicologia, marcado pelo movimento da *prática baseada em evidências*. É a análise do comportamento, mais uma vez, tornando a ciência um empreendimento útil para a melhora do sofrimento humano. ■

1 Eysenck, H. J. (1952). The effects of psychotherapy: An evaluation. *Journal of Consulting Psychology*, 16, 319-324.

Jan Luiz Leonardi é psicólogo pela PUC-SP, especialista em Clínica Analítico-Comportamental pelo Núcleo Paradigma, mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela PUC-SP e, atualmente, cursa doutorado em Psicologia Clínica na USP. No Núcleo Paradigma, atua como terapeuta, supervisor e professor do mestrado em Análise do Comportamento Aplicada e da especialização em Clínica Analítico-Comportamental.

Paradigma Entrevista

Roberta Kovac entrevista João Ilo Coelho Barbosa

Presidente da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) e professor adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC), João Ilo Coelho Barbosa esclarece nesta entrevista o processo de *acreditação em análise do comportamento*, em elaboração desde o ano passado por uma comissão eleita da ABPMC.

Paradigma: O que é a acreditação?

João Ilo: Acreditação é uma espécie de qualificação. Caberá à ABPMC avaliar se o interessado em obtê-la preenche os requisitos para ser considerado um analista do comportamento, isto é, se ele detém o conhecimento necessário para aplicar a análise do comportamento em diferentes áreas de atuação. É importante ressaltar que a *acreditação* não equivale a uma certificação, pois a palavra *certificação* sugere a possibilidade de ser ou não certificado. A ideia da acreditação, diferentemente, é mais qualitativa.

Paradigma: Qual a importância da acreditação neste momento? Por que ela surgiu como uma necessidade?

João Ilo: O momento é importante por razões teóricas e práticas. Do ponto de vista teórico, observa-se uma compreensão distinta sobre o que é análise do comportamento, terapia comportamental, terapia cognitivo-comportamental, entre outros. Além de obscurecer os pressupostos filosóficos, metodológicos e conceituais da análise do comportamento, isso tem implicações práticas, uma vez que pode prejudicar as avaliações e as intervenções ditas *comportamentais*. Assim, para promover um esclarecimento conceitual da abordagem e estimular uma atuação profissional condizente com seus

Para promover um esclarecimento conceitual da abordagem e estimular uma atuação profissional condizente com seus princípios, a ABPMC iniciou um processo de *acreditação em análise do comportamento*.

princípios, a ABPMC iniciou um processo de *acreditação em análise do comportamento*. No entanto, vale destacar, nada impede outras instituições de estruturarem suas próprias creditações. Quem tiver interesse em ser acreditado pela ABPMC se submeterá ao processo da nossa associação. Ele é particular, tem caracte-

rísticas próprias e envolve aquilo que julgamos fundamental para ser considerado um analista do comportamento.

Paradigma: Seria, portanto, um reconhecimento pela ABPMC?

João Ilo: Exatamente, uma espécie de “selo de qualidade”. A acreditação, porém, deverá valer por um tempo limitado. Assim, de tempos em tempos, será feita uma nova avaliação para verificar como está o conhecimento do indivíduo em análise do comportamento.

Paradigma: Na ABPMC, quem são os responsáveis por conferir a acreditação?

João Ilo: A responsabilidade é de uma comissão formada e eleita no ano passado, após consultar

Para obter a acreditação da ABPMC, serão considerados fatores como: número mínimo de publicações; participação em eventos; realização de cursos de formação, especialização (*latu sensu*), graduação ou pós-graduação (*strictu sensu*) na área; docência; tempo de atuação, entre outros.

a comunidade brasileira de analistas do comportamento. A comissão é composta pelos cinco mais votados na ocasião: Roberto Banaco, Denis Zamignani, Emmanuel Tourinho, Silvio Botomé e Hélio Guilhardi. Eu, como presidente da ABPMC, acompanho as reuniões semanais. Já estamos elaborando um texto para ser discutido e votado em setembro, na próxima assembleia da ABPMC.

Paradigma: Quais são os critérios para alguém ser acreditado como um analista do comportamento?

Quem será acreditado: pessoas ou instituições?

João Ilo: Os critérios ainda não estão totalmente definidos, mas já adianto que pessoas serão acreditadas, e não instituições. Acordamos, por exemplo, que não será ne-

cessário fazer uma prova. Por ora, para obter a acreditação da ABPMC, serão considerados fatores como: número mínimo de publicações; participação em eventos; realização de cursos de formação, especialização (*latu sensu*), graduação ou pós-graduação (*strictu sensu*) na área; docência; tempo de atuação, entre outros. O indivíduo interessado em obter a acreditação deverá submeter à comissão informações que atendam aos critérios estabelecidos pela ABPMC. Em caso de parecer negativo, a comissão irá sugerir formas de o indivíduo se aprimorar para realizar uma nova submissão no futuro.

Paradigma: Dessa forma, um aluno recém-formado que se diga analista do comportamento não será acreditado como tal?

João Ilo: Será se preencher o número de critérios definidos pela comissão. Se o aluno ou qualquer candidato à acreditação não tiver uma mínima produção [bibliográfica ou técnica] ou se não tiver reconhecimento social pelo trabalho que faz ou pela maneira como atua, ele provavelmente não será acreditado pela ABPMC.

Paradigma: Então o que muda para o profissional da área com a acreditação?

João Ilo: A resposta caberá à comunidade brasileira de analistas do comportamento. Avaliaremos o impacto social da acreditação a partir do momento que as pessoas falarem mais sobre isso, preocuparem-se mais com isso e solicitarem a acreditação. Dado que a ABPMC conquistou um sólido reconhecimento (20 anos de representação), é provável que o processo de acreditação tenha uma repercussão grande. Contudo, é algo a se observar *a posteriori*.

Paradigma: Quem poderá solicitar a acreditação da ABPMC?

João Ilo: Acreditamos que o analista do comportamento não precisa ser, necessariamente, um psicólogo. Ele pode ter outra formação, mas terá de mostrar à comissão que seu trabalho baseia-se nos princípios e nos conceitos da análise do comportamento. Talvez esse seja um ponto inovador da nossa proposta, mas ainda será discutido em assembleia.

Paradigma: É possível aprender algo com os lugares em que a acreditação já existe, como os Estados Unidos? As consequências produzidas lá poderão repetir-se aqui?

João Ilo: Nos Estados Unidos, o *Board Certified Behavior Analysts (BCBA)* começou como algo regional, aos poucos adquiriu escala nacional e, por fim, alcançou dimensão internacional. Lá, o modelo é voltado para os conhecimentos básicos e para o autismo. Eles adotam o formato de prova, exigindo a demonstração de conhecimento teórico sobre a abordagem. Aqui, teremos uma característica diferente, sendo fundamental analisarmos e debatermos a melhor forma de conduzir o processo de acordo com a nossa realidade. Gostaríamos de obter uma boa receptividade fora da área, onde relacionassem a acreditação com um selo de qualidade. Se isso ocorrer, como esperamos que ocorra, será muito importante para os analistas do comportamento brasileiros e para a ABPMC, pois aumentará o valor da associação frente à sociedade.

Paradigma: O Conselho Federal de Psicologia (CFP) se relaciona de alguma maneira com a acreditação do analista do comportamento?

João Ilo: Não, a esfera de regulamentação e de intervenção do CFP é diferente da nossa. O CFP foca a condição da psicologia como um todo, mas não a da análise do comportamento

em particular. A acreditação é um título que a ABPMC decidiu criar, algo totalmente à parte.

Paradigma: O que falta para a acreditação ser colocada em prática?

João Ilo: Queremos apresentar à comunidade de analistas do comportamento brasileiros um documento bem detalhado para facilitar a discussão. Estamos nesse processo. Atualmente, está sendo elaborado um protocolo com as seguintes informações: o que é a acreditação, a quem ela se destina, qual a sua finalidade, quais os critérios a serem preenchidos para obtê-la, etc. Com isso, será possível avaliar a proposta e decidir se ela será aprovada ou não, ou se requer modificações antes disso.

Paradigma: Você gostaria de fazer mais alguma consideração sobre o processo de acreditação?

João Ilo: Sim, eu gostaria de ressaltar a grande colaboração das pessoas que compõem essa comissão da ABPMC. O custo de resposta é alto, mas as pessoas fazem o trabalho com prazer, pois entendem a relevância do processo. ■

Roberta Kovac é psicóloga e mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela PUC-SP. No Núcleo Paradigma, atua como professora no mestrado em Análise do Comportamento Aplicada e na especialização em Clínica Analítico-Comportamental.

História de Vida

Adélia Maria dos Santos Teixeira

por Vívian Marchezini-Cunha

Quando fui convidada a escrever sobre a contribuição de Adélia Teixeira para a análise do comportamento, revivi de ime-

diatamente os momentos em que fui diretamente influenciada por essa incrível professora e pensei no quanto seria honroso para mim prestar tal homenagem! Sou apenas uma das inúmeras pessoas afetadas pelo vigor e pela clareza de Adélia.

Adélia é daquelas professoras que instigam o aluno a ver o mundo sob outro ponto de vista, a questionar o que se sabe e a agir com os recursos que se tem. Desde meus primeiros contatos com ela, num grupo de estudos oferecido em seu gabinete na UFMG, até a longa e agradável conversa que tivemos antes da redação deste texto, Adélia vem produzindo em mim esses efeitos. A inquietação de Adélia é assim: não fica guardada; vira ação e provocação da ação de outros.

Pouco tempo depois de se graduar psicóloga pela UFMG (em 1968) e já professora do Departamento de Psicologia da mesma instituição, Adélia abriu uma escola de ensino infantil. Era uma escola inovadora, pois adotava

a programação de contingências de ensino nos moldes da proposta behaviorista radical para instrução individualizada. Adélia costuma dizer

que não tinha noção, à época, da importância do que estava fazendo. Estava apenas fazendo o que era preciso, da melhor maneira que conseguia. O trabalho

deu origem à sua tese de doutorado, orientada por Carolina Bori na USP, e a diversas reflexões e análises sobre educação, incluindo o livro *Análise de Contingências em Programação de Ensino Infantil: Liberdade e Efetividade na Educação*, lançado pela ESETec em 2006.

Adélia lecionou por quase 40 anos na UFMG. Durante esse período, lutou por mais espaço para a análise do comportamento, tanto na graduação como na pós-graduação, juntamente com colegas como Sônia Castanheira, Ana Maria Lé Sénéchal, Sílvia Castanheira, Maria José Esteves, Laura Ciruffo, entre outras. A imagem que faz de si é a de uma guardiã da análise do comportamento na UFMG e em Minas Gerais.

No início de sua atividade docente, Adélia optou por lecionar a disciplina de Psicologia Geral. Dessa forma, poderia transmitir aos alunos desde o começo do curso a visão analítico-comportamental dos processos psi-

cológicos básicos e, assim, prepará-los para as disciplinas de Análise Experimental do Comportamento. A estratégia era interessante: disponibilizava material didático simples e de fácil compreensão, mas instigava em sala de aula discussões com um olhar behaviorista, o que produzia questionamento e interesse por essa visão de homem.

Adélia é muito firme em dizer que a análise do comportamento pode e deve ser aplicada na solução de problemas sociais. Segundo ela, isso deve ser feito de duas formas: (a) pelo fortalecimento da abordagem nas universidades e (b) pela inserção de analistas do comportamento em instituições fora da universidade, junto à população. Sempre que pode, convida-nos para auxiliar nesse caminho.

No final da década de 1990, impressionada pela grande quantidade de pessoas que frequentavam um grupo de supervisão de Hélio Guilhardi na PUC-MG, Adélia convocou os analistas do comportamento para uma reunião. Naquela ocasião, foram levantadas propostas para a divulgação das produções acadêmica e profissional dos behavioristas mineiros. Uma das propostas, vale destacar, era a realização de um evento acadêmico. Nascia a Jornada Mineira de Ciência do Comportamento (JMCC), a primeira JAC realizada no país. A JMCC comemorou em maio seu 15º ano, mantendo o sucesso do primeiro evento.

Anos depois, Adélia convocou todos os mestres em análise do comportamento de Belo Horizonte para uma reunião em sua casa. Ela nos alertou para a necessidade de investirmos em nossa formação acadêmica, buscando o título de doutores, de forma a lecionar em universidades federais em nível de pós-graduação. Seu desejo

era (e ainda é) ver a UFMG com um forte quadro de analistas do comportamento mineiros.

Desde que se aposentou, em 2003, Adélia deixa bem claro que sua missão agora é nossa. Isso não significa que ela esteja alheia ao que é produzido pelos analistas do comportamento e às necessidades da sociedade. Pelo contrário, acompanha a produção da área, identifica oportunidades de atuação e sempre pontua: é a nossa geração que deverá aplicar na sociedade os princípios da análise do comportamento, planejando contingências, intervindo diretamente e ensinando o manejo de contingências

"Se compreendermos a contingência, compreenderemos o comportamento e poderemos resolver problemas sociais. O Brasil é o melhor laboratório que temos, cheio de problemas para serem resolvidos. Então a contribuição que deixo para vocês é: vão para a aplicação!"

aos profissionais de outras áreas. "Nós temos tecnologia para produzir uma variabilidade comportamental fantástica! Está tudo na contingência, a 'célula' do comportamento humano. Se compreendermos a contingência, compreenderemos o comportamento e poderemos resolver problemas sociais. O Brasil é o melhor laboratório que temos, cheio de problemas para serem resolvidos. Então a contribuição que deixo para vocês é: vão para a aplicação!"

Saí da conversa com Adélia grata pelo encontro e cheia de questões: o que eu posso fazer, amparada pelos meus conhecimentos em análise do comportamento, para resolver problemas sociais? Pronto! A inquietação que era dela agora também é minha. ■

Vivian Marchezini-Cunha é psicóloga pela UFMG e mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela UFPA. Atualmente, é professora na Faculdade Pitágoras (BH) e terapeuta em consultório particular.

qualificação avançada em
**ANÁLISE APLICADA DO COMPORTAMENTO (ABA)
AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E
ATRASO NO DESENVOLVIMENTO**

coordenação

CÁSSIA LEAL DA HORA

LYGIA T. DORIGON

objetivo

O curso visa a capacitar profissionais para o planejamento e a aplicação de intervenções analítico-comportamentais em indivíduos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autístico e Atraso no Desenvolvimento.

público-alvo

psicólogos e profissionais das áreas de saúde e educação

programa

carga horária total de 502 horas, divididas em 162 horas de prática supervisionada e 340 horas teóricas

dias e horários

1º módulo: quinzenalmente às sextas, das 16h às 21h
Sábados, das 9h às 16h30
a partir do 2º módulo: das 8h30 às 16h30

início

fevereiro 2015

duração

2 anos

local

Núcleo Paradigma

formação em CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL INFANTIL

coordenação

**JOANA SINGER VERMES E
MIRIAM MARINOTTI**

carga horária

50 horas de aulas teóricas (que podem ser cursadas independentemente)

54 horas de supervisão

25 horas de prática clínica

datas

fevereiro a dezembro de 2015

sextas feiras,

das 13h às 15h30 (disciplina teórica)

das 16h às 19h (supervisão)

local

Núcleo Paradigma



Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3672-0194
CRP 4861J

Inscrições e informações
www.nucleoparadigma.com.br

CURSO DE APRIMORAMENTO EM ORIENTAÇÃO PARENTAL: ANÁLISES E PROCEDIMENTOS

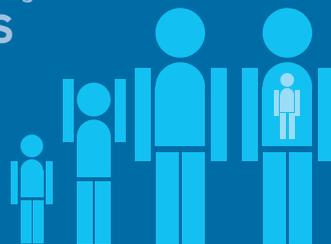
Uma parceria entre o Núcleo Paradigma e a Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência da UNIFESP

Coordenação

ANA BEATRIZ D. CHAMATI

início

fevereiro de 2015



Público-alvo

profissionais e estudantes das áreas de
saúde e educação

Carga horária

160 horas/aula, sendo:

40 horas de aula teórica

40 horas de supervisão

80 horas de estágio supervisionado em equipe multiprofissional na UPIA (Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência da UNIFESP)

Horário das aulas e supervisões

Sextas-feiras, quinzenalmente, das 8h às 12h15

parceria:



núcleo
paradigma
análise do comportamento

www.nucleoparadigma.com.br

Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3672-0194
CRP 4861J

qualificação avançada em

TERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

coordenação

JAN LUIZ LEONARDI
ROBERTO ALVES BANACO

Integração entre filosofia, teoria e técnica para uma formação de excelência

Corpo docente de altíssimo nível

Conteúdo apresentado de forma gradual em 12 disciplinas

público-alvo

psicólogos e médicos com residência em psiquiatria

programa

quatro módulos semestrais com **530 horas**, distribuídas em:
120 horas de supervisão (30 horas por módulo),
60 horas de atendimento clínico,
350 horas de disciplinas teóricas e orientação de monografia

início

fevereiro de 2015

Investimento

Matrícula R\$ 625,00 +
23 parcelas de R\$ 625,00*

(*) valor com desconto para pagamento até o dia 01 de cada mês.

Veja também nosso plano de bolsa-pesquisa

dias e horários

aulas quinzenalmente, sextas das 19h15 às 22h15 e sábados das 8h30 às 18h30

horário de supervisão quinzenalmente, sextas das 16h às 19h ou segundas ou quartas ou quintas, das 19h às 22h



núcleo
paradigma
análise do comportamento

www.nucleoparadigma.com.br

Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3672-0194
CRP 4861J

Teoria e Aplicação

Do uso esporádico ao padrão de dependência, da teoria ao tratamento: Uma perspectiva operante do comportamento de autoadministrar substâncias

André Q. C. Miguel, Rodolfo Yamauchi, Viviane Simões e Ronaldo R. Laranjeira

A dependência química costuma ser compreendida como um transtorno psiquiátrico, no qual o indivíduo apresenta uso compulsivo e descontrolado de substâncias, a despeito de todo sofrimento e prejuízo que este consumo acarreta ao usuário, à família e à sociedade (American Psychiatric Association [APA], 1994; Organização Mundial de Saúde [OMS], 1993).

Segundo uma perspectiva analítico-comportamental, no entanto, esta concepção é equivocada (Bigelow, Brooner & Silverman, 1998).

Os comportamentos relacionados à dependência química são regidos pelos mesmos princípios e leis de qualquer comportamento operante.

Embora possam ser considerados indesejáveis e/ou inadequados, os comportamentos relacionados à dependência química são regidos pelos mesmos princípios e leis de qualquer comportamento operante. O caráter “compulsivo” do abuso de drogas refere-se à elevada frequência do

comportamento de autoadministração de uma determinada substância, mas tal comportamento não é “descontrolado”, como sugerem algumas diretrizes em saúde mental. Pelo contrário, esses comportamentos são fortemente controlados por reforçadores incondicionados imediatos (e.g., efeitos farmacológicos da substância), bem como por reforçadores condicionados atrasados, geralmente mais difíceis de serem identificados (Silva, Guerra, Gonçalves & Mijares, 2001).

Como afirmam Higgins, Heil e Lussier (2004), a autoadministração de substâncias pode ser compreendida como comportamento aprendido que se situa em algum ponto ao longo de um continuum que vai desde o consumo esporádico, com poucos ou nenhum prejuízo associado, até um consumo excessivo, acompanhado por inúmeros efeitos indesejáveis e destrutivos.

Um corpo substancial de estudos fornece as bases empíricas para uma compreensão operante daquilo que hoje se considera *uso, abuso e depen-*

dência de substâncias (e.g., Higgins, Silverman & Heil, 2008). De acordo com essa perspectiva, a autoadministração é o comportamento-problema central em indivíduos diagnosticados com abuso ou dependência de drogas (Higgins & Silverman, 1999). Assim, se novas contingências no ambiente desses indivíduos eliminarem o comportamento de autoadministrar substâncias, os prejuízos decorrentes desse uso também serão extintos. Essa perspectiva se alinha à visão médica segundo a qual indivíduos abstinentes a mais de um ano não preenchem diagnóstico de dependência química atual (APA, 1994).

A fim de esclarecer os fundamentos da perspectiva operante sobre o comportamento de autoadministrar substâncias, serão retomados alguns resultados de estudos experimentais em laboratório e em contexto natural.

Fundamentos Teórico-Experimentais

Griffiths, Bigelow e Henningfield (1980) demonstram que as mesmas substâncias abusadas por seres humanos são consumidas espontaneamente por diversas espécies animais. De fato, sem qualquer exposição prévia, animais consumirão voluntariamente grande quantidade de substâncias psicoativas (Aigner & Balster, 1978). Animais também aprenderão novos e complexos comportamentos que, por consequência, deem acesso aos efeitos de uma dada substância. Após algumas exposições, os efeitos reforçadores ligados ao consumo dessas substâncias se tornarão tão fortes que esses animais irão abdicar de outros reforçadores importantes como água e comida para terem acesso a essas substâncias (Petry, 1999).

Juntas, as pesquisas sugerem que: (a) as substâncias consumidas por aquelas espécies tiveram a função de reforçadores positivos

incondicionados; (b) tais reforçadores foram capazes de manter respostas de alto custo e de concorrer com importantes reforçadores primários, como água e alimento.

Como apontaram Cahoon e Crosby (1972), o efeito reforçador de uma substância fortalece não apenas sua autoadministração, mas também outros comportamentos que produzam acesso à droga (e.g., ir até o fornecedor e comprá-la).

Além disso, assim como toda contingência operante, o comportamento de autoadministração é sensível à presença de outras contingências de reforçamento disponíveis em um mesmo contexto ambiental (Catania, 1999). Segundo Higgins e Petry (1999), variáveis não relacionadas aos efeitos reforçadores das substâncias influenciam a probabilidade e a intensidade do consumo. De fato, quando expostos a estímulos aversivos (e.g., agressão e exclusão social), animais de laboratório aumentaram o uso de substâncias (Goeder & Guerin, 1991; Wolffgramm & Heyne, 1995). Por outro lado, quando fontes alternativas de reforço foram disponibilizadas, eles diminuíram o consumo de substâncias (Higgins, 1996, 1997).

Pesquisas realizadas com humanos revelaram um padrão de consumo de substâncias semelhante ao observado em outras espécies. O estudo de Vuchinich e Tucker (1988), por exemplo, mostrou que (a) drogas podem funcionar como reforçadores para a aprendizagem

O efeito reforçador de uma substância fortalece não apenas sua autoadministração, mas também outros comportamentos que produzam acesso à droga.

de novas respostas; (b) seu consumo tende a ser aumentado na presença de estímulos aversivos e diminuído diante de fontes alternativas de reforço positivo.

Diferente do laboratório, ambientes naturais onde o consumo de droga ocorre tendem a disponibilizar outros tipos de reforçadores concomitantemente. Deste modo, compreender como um indivíduo escolhe entre reforçadores concorrentes disponíveis é fundamental para entender a autoadministração de substâncias (Myerson & Hale, 1984).

Autoadministração: Um Comportamento de Escolha

Em geral, quando um indivíduo começa a usar uma determinada droga, a autoadministração é mantida por reforçadores positivos incondicionados (i.e., efeito da substância, como euforia ou relaxamento) e condicionados (e.g., amigos usuáries). Com o tempo, no entanto, reforçadores negativos incondicionados (i.e., síndrome de abstinência) e condicionados (e.g., sentimentos negativos resultantes de conflitos interpessoais) também passam a controlar a autoadministração de substâncias.

Em casos de abuso ou dependência, observa-se uma restrição comportamental. Cada vez mais, o indivíduo abdica de reforçadores não relacionados à droga, limitando-se a agir no sentido de obter e consumir a substância. A prevalência do comportamento de autoadministração, em detrimento dos demais comportamentos até então emitidos pelo indivíduo, pode ser compreendida por meio de alguns conceitos da análise do comportamento, a saber: (a) lei da igualação generalizada (Baum, 1974); (b) funções de substituição e complementariedade de reforçadores concorrentes (DeGrandpre, Bickel, Higgins & Hughes, 1994); (c) desconto por atraso de reforço (Rachlin, Raineri & Cross, 1991).

Lei da igualação generalizada

Esta lei afirma que o efeito de um reforçador sobre uma resposta não depende *exclusivamente* da relação funcional entre ambos, mas também dos outros reforçadores e respostas possíveis num determinado contexto (Baum, 1974).

Assim, uma contingência de reforçamento relativamente mais forte produz uma taxa proporcionalmente maior de uma determinada resposta. Entretanto, quanto maior for o número de contingências de reforçamento concorrentes, menor será o efeito de cada reforçador disponível (Herrnstein, 1961, 1970).

Embora a literatura sugira que a lei da igualação generalizada descreve adequadamente o comportamento de escolha entre reforçadores concorrentes em ambiente natural, ela não é sensível às diferentes formas de interação entre contingências de reforçamento. Dessa forma, para uma melhor compreensão desse fenômeno, é necessário aliá-la às funções de substituição e complementariedade entre reforços concorrentes (Bickel, DeGrandpre, Higgins, Hughes & Badger, 1995).

Substituição e complementariedade entre reforços concorrentes

Segundo DeGrandpre et al. (1994) e Bickel et al. (1995), reforçadores concorrentes podem interagir de três formas diferentes. No primeiro caso, um reforçador pode *substituir* outro. Se aumentar o custo da resposta necessária para produzir um dado reforçador, a frequência de tal resposta diminuirá proporcionalmente ao aumento de outra resposta, responsável pela produção do reforçador substituído.

No segundo caso, um reforçador pode *complementar* outro. Se aumentar o custo da resposta necessária para produzir um dado reforçador, a frequência de tal resposta diminuirá proporcionalmente à redução de outra respos-

ta, responsável pela produção do reforçador complementar. Já no terceiro caso, um reforçador *nem substitui nem complementa* outro. Se aumentar o custo da resposta necessária para produzir um dado reforçador, a diminuição na frequência de tal resposta não afetará a probabilidade de outra resposta, responsável pela produção do outro reforçador. Nesse caso, os reforçadores são independentes um do outro.

Desconto por atraso de reforço

O efeito reforçador de um estímulo também depende do intervalo de tempo entre a emissão da resposta e a apresentação desse estímulo. Quanto menor for o tempo entre a resposta e o reforço, maior será o efeito reforçador (Catania, 1979).

Indivíduos dependentes de substâncias costumam apresentar um padrão de comportamento impulsivo, isto é, controlado por reforçadores menores e imediatos, em detrimento de reforçadores maiores e atrasados (Critchfield & Kollins, 2001; Dixon, Marley & Jacobs, 2006; Madden, Petry, Badger & Bickel, 1997; Odum, Madden & Bickel, 2002).

A combinação dos conceitos da lei de igualação e a relação substitutiva/complementar entre reforços trouxe contribuições fundamentais para uma compreensão operante do que é o comportamento de usar drogas e suas variáveis de controle. Além disso, foi só a partir desse avanço que novos métodos de tratamento para dependência química (baseados em reforçamento alternativo) puderam emergir. Antes do conhecimento em reforçamento concorrente, sob um ponto de vista teórico, procedimentos de punição e extinção eram vistos como os únicos meios comportamentais para eliminar o consumo inapropriado de substâncias. A par-

tir da compreensão a respeito do comportamento de escolha, duas outras formas de intervenção emergiram: (a) oferecer reforçadores positivos contingentes a respostas alternativas ao uso de substâncias e (b) oferecer reforçadores positivos contingente a respostas alternativas e incompatíveis ao uso de substâncias.

O conhecimento de que os indivíduos que abusam de substâncias são mais sensíveis a reforçadores menores e imediatos do que aqueles maiores porém mais atrasados também contribuiu para o desenvolvimento dessas intervenções. De acordo com esse pressuposto, para pacientes droga-dependentes, intervenções que produzam contingências com reforçadores menores, sistemáticos e imediatos serão mais eficazes do que aquelas que produzam reforçadores com magnitudes maiores porém atrasados.

Tratamento por Manejo de Contingências

Baseado nos conceitos apresentados, surgiu o tratamento por *manejo de contingências* (MC). Este considera a manutenção do consumo problemático de drogas por um indivíduo como sendo o produto da presença de fortes reforçadores (incondicionados e condicionados) contingentes ao uso de drogas e da falta de re-

A combinação dos conceitos da lei de igualação e a relação substitutiva/complementar entre reforços trouxe contribuições fundamentais para uma compreensão operante do que é o comportamento de usar drogas e suas variáveis de controle.

forçadores contingentes a respostas alternativas ao uso (Higgins & Silverman, 1999; Higgins et al., 2008). Esta competição desigual entre reforçadores associados ao uso da droga e reforçadores associados a respostas alternativas faz com que seja difícil modificar o padrão do comportamento.

O uso de punição (contingente ao uso) pode ser eficaz em alguns casos, mas produz consequências indesejadas (contracontrole) tais como o abandono do tratamento, estados emocionais aversivos e conflitos entre

O tratamento por MC visa a manipular as contingências presentes no ambiente do indivíduo, aumentando a presença de reforçadores ligados a respostas alternativas (e, quando possível, incompatíveis) ao consumo de substância.

o paciente e a equipe do serviço (Amass & Kamien, 2004). A utilização de reforço positivo, por sua vez, não produz este tipo de consequência.

Assim, para extinguir os comportamentos indesejáveis relacionados ao consumo de substância, o tratamento por MC visa a manipular as contingências presentes no ambiente do indivíduo, aumentando a presença de reforçadores ligados a respostas alternativas (e, quando possível, incompatíveis) ao consumo de substância.

Criar novas contingências utilizando reforçadores naturais é sempre preferível, pois essas contingências tendem a se manter após o término do tratamento. No entanto, é muito comum que o repertório do usuários de drogas esteja muito empobrecido e que a maioria dos reforçadores ligados a este repertório esteja associada ao consumo de substâncias. Desta maneira, o tratamento por MC desenvolve novas contingências com reforçadores arbitrários contingentes a respostas alternativas incompatíveis ao consumo que visam a promover e a manter a abstinência, além de outros comportamentos desejáveis (Miller, 2009; Petry, 2000).

Inspirado no estudo pioneiro de Higgins et al. (1991) com dependentes de cocaína, o MC atualmente se fundamenta em quatro princípios: (a) selecionar um comportamento-alvo observável, alternativo (de preferência

incompatível) ao consumo de drogas (e.g., presença no tratamento; adesão farmacológica; ficar abstinente); (b) elaborar um método sistemático e objetivo de verificar a emissão do comportamento-alvo (e.g., medicação supervisionada; lista de presença; exames toxicológicos de urina); (c) escolher pelo menos um reforçador positivo forte o suficiente para competir com os reforçadores ligados ao consumo de substâncias (e.g., dinheiro; prêmios; encontro com a família); (d) definir um esquema de reforçamento adequado (e.g., ao menos duas vezes por semana, com magnitude de reforçamento crescente).

Eficácia baseada em evidência

Meta-análises e revisões da literatura confirmam a maior eficácia do MC (sozinho ou aliado a outros tratamentos) em promover e manter a abstinência de diversas substâncias, comparado a tratamentos-padrão (Dutra et al., 2008; Lussier, Heil, Mongeon, Badger & Higgins, 2006; Prendergast, Podus, Finney, Greenwell & Roll, 2006; Stitzer & Petry, 2006).

Não por acaso, o *National Institute on Drug Abuse (NIDA)*, nos Estados Unidos, e o *National Institute for Health and Clinical Excellence (NICE)*, no Reino Unido, recomendam o uso do MC para o tratamento de dependentes químicos. Para Higgins e Silverman (1999), uma de suas principais vantagens é o fato de os resultados positivos se estenderem a diferentes populações, desde adolescentes e moradores de rua a gestantes e indivíduos com doenças crônicas (e.g., Hepatite C) e diagnósticos psiquiátricos graves (e.g., esquizofrenia).

A exemplo de outros tratamentos, porém, os resultados obtidos durante o MC tendem

a diminuir após seu término (e.g., Higgins et al., 1991). Para favorecer a manutenção dos resultados, é recomendável associá-lo à reinserção dos indivíduos tratados na comunidade, de modo a garantir fontes de reforçamento social que contribuam para a escolha do indivíduo por se manter abstinente (e.g., Stitzer & Petry, 2006).

Conclusão

A perspectiva operante sobre o uso, o abuso e a dependência de substâncias é sustentada por estudos com alto rigor metodológico, realizados em humanos e não humanos, em contextos experimentais e naturais. Ela permite compreender quais são e como atuam as variáveis de controle do comportamento de autoadministração de substâncias, levando ao desenvolvimento de intervenções mais efetivas. Atualmente, o MC representa o melhor tratamento para reduzir o consumo de drogas e promover a abstinência continuada entre os mais diferentes perfis de usuários. Trata-se de uma técnica bastante didática, facilmente incorporada aos mais diversos tipos de tratamento para dependência química – o que aponta para a importância de se disseminar o MC pelos serviços públicos brasileiros destinados a essa população. ■

Referências

- Aigner, T. G. & Balster, R. L. (1978). Choice behavior in rhesus monkeys: Cocaine vs. food. *Science*, *201*, 534-535.
- Amass, L. & Kamien, J. B. (2004). A tale of two cities: Financing two vouchers programs for substance abusers through community donations. *Experimental & Clinical Psychopharmacology*, *12*, 147-155.
- American Psychiatric Association. (1994). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th ed.). Washington, Estados Unidos: Autor.
- Baum, W. M. (1974). On two types of deviation from the matching law: Bias and undermatching. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *22*, 231-242.
- Bickel, W. K., DeGrandpre, R. J., Higgins, S. T., Hughes, J. R. & Badger, G. J. (1995). Effects of simulated employment and recreation on drug taking: A behavioral economic analysis. *Experimental and Clinical Psychopharmacology*, *3*, 467-476.
- Bigelow, G. E., Brooner, R. K. & Silverman, K. (1998). Competing motivations: Drug reinforcement vs non-drug reinforcement. *Journal of Psychopharmacology*, *12*, 8-14.
- Budney, A. J. & Higgins, S. T. (1998). National Institute on Drug Abuse Therapy Manuals for Drug Addiction: Manual No. 2: A Community Reinforcement Plus Vouchers Approach: Treating Cocaine Addiction. NIH Pub. No. 98-4309. Rockville, MD: National Institute on Drug Abuse; 1998.
- Cahoon, D. D. & Crosby, C. C. (1972). A learning approach to chronic drug use: Sources of reinforcement. *Behavior Therapy*, *3*, 64-71.
- Catania, A. C. (1979). *Learning*. Englewood Cliffs, Estados Unidos: Prentice-Hall.
- Critchfield, T. S. & Kollins, S. H. (2001). Temporal discounting: Basic research and the analysis of socially important behavior. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *34*, 101-122.

DeGrandpre, R. J., Bickel, W. K., Higgins, S. T. & Hughes, J. R. (1994). A behavioral economic analysis of concurrently available money and cigarettes. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 61, 191-201.

Dixon, M. R., Marley, J. & Jacobs, E. A. (2006). Delay discounting by pathological gamblers. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 223, 449-458.

Dutra, L., Stathopoulou, G., Basden, S. L., Leyro, T. M., Power, M. B. & Otto, M. W. (2008). A meta-analytic review of psychosocial interventions for substance use disorders. *American Journal of Psychiatry*, 165, 563-570.

Goeder, N. E. & Guerin, G. F. (1991). Non-contingent electric footshock stress increases vulnerability to self-administer cocaine in rats. *Psychopharmacology*, 114, 63-70.

Griffiths, R. R., Bigelow, G. E. & Henningfield, J. E. (1980). Similarities in animal and human drug-taking behavior. Em N. K. Mello (Ed.), *Advances in substance abuse: Behavioral and biological research* (pp. 1-99). Greenwich, Estados Unidos: JAI Press.

Herrnstein, R. J. (1961). Relative and absolute strength of response as a function of frequency of reinforcement. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 4, 267-272.

Herrnstein, R. J. (1970). On the law of effect. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 13, 243-266.

Higgins, S. T., Heil S., H. & Lussier, J. P. (2004). Clinical implications of reinforcement as a determinant of substance use disorders. *Annual Review of Psychology*, 55, 431-461.

Higgins, S. T., Silverman, K. & Heil, S. H. (2008). *Contingency management in substance abuse treatment*. New York: Guilford.

Higgins, S. T. & Silverman, K. (1999). *Motivating behavior change among illicit drug abusers*. Washington, Estados Unidos: American Psychological Association.

Higgins, S. T. & Petry, M. N. (1999). Contingency management: Incentives for sobriety. *Alcohol Research*

& Health, 23, 122-127.

Higgins, S. T. (1996). Some potential contributions of reinforcement and consumer-demand theory to reducing cocaine use. *Addictive Behaviors*, 21, 803-816.

Higgins, S. T. (1997). The influence of alternative reinforcers on cocaine use and abuse: A brief review. *Pharmacology Biochemistry and Behavior*, 57, 419-427.

Higgins, S. T., Delaney, D. D., Budney, A. J., Bickel, W. K., Hughes, J. R., Foerg, F. & Fenwick, J. M. (1991). A behavioral approach to achieving initial cocaine abstinence. *American Journal of Psychiatry*, 148, 1218-1224.

Lussier, J. P., Heil, S. H., Mongeon, J. A., Badger, G. J. & Higgins, S. T. (2006). A meta-analysis of voucher based reinforcement therapy for substance use disorders. *Addiction*, 101, 192-203.

Madden, G. J., Petry, N. M., Badger, G. J. & Bickel, W. K. (1997). Impulsive and self-control choices in opioid-dependent patients and non-drug-using control participants: Drug and monetary rewards. *Experimental and Clinical Psychopharmacology*, 5, 256-262.

Miller, P. M. (2009). *Evidence-based addiction treatment*. New York: Elsevier Academic Press.

Myerson, J. & Hale, S. (1984). Practical implications of the matching law. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 17, 367-380.

Odum, A. L., Madden, G. J. & Bickel, W. K. (2002). Discounting of delayed health gains and losses by current, never- and ex-smokers of cigarettes. *Nicotine & Tobacco Research*, 4, 295-303.

Petry, N. M. (2000). A comprehensive guide for the application of contingency management procedures in standard clinic settings. *Drug & Alcohol Dependence*, 58, 9-25.

Pilling, S., Strang, J. & Gerada, C. (2007). Psychosocial interventions and opioid detoxifications for drug misuse: Summary of NICE guidelines. *British Medical Journal*, 335, 203-205.

Prendergast, M., Podus, D., Finney, J., Greenwell, L. & Roll, J. (2006). Contingency management for treatment of substance use disorders: A meta-analysis. *Addiction*, 101, 1546–1560. Rachlin, H., Raineri, A. & Cross, D. (1991). Subjective probability and delay. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 55, 233–244.

Silva, M. T. A., Guerra, L. G. C., Gonçalves, F. L. & Mijares, M. G. (2001). Análise funcional das dependências de drogas. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade* (Vol. 7, pp. 422-442). Santo André, SP: Esetec.

Stitzer, M. L. & Petry, N. M. (2006). Contingency management for treatment of substance abuse. *Annual*

Review of Clinical Psychology, 2, 411-434.

Vuchinich, R. E. & Tucker, J. A. (1988). Contributions from behavioral theories of choice to an analysis of alcohol abuse. *Journal of Abnormal Psychology*, 97, 181–195.

Wolffgramm, J. & Heyne, A. (1995). From controlled drug intake to loss of control: The irreversible development of drug addiction in the rat. *Behavioral Brain Research*, 70, 77-94.

World Health Organization. (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre, RS: Artmed.

André Q. C. Miguel é psicólogo pela PUC-SP, mestre em Dependências Patológicas pela Universidade de Pisa (ITA) e doutorando em Psiquiatria e Psicologia Médica pela UNIFESP.

Rodolfo Yamauchi é psicólogo pela Universidade Metodista de São Paulo e especialista em Dependência Química e em Neuropsicologia pela UNIFESP.

Viviane Simões é enfermeira pela UNINOVE e especialista em Dependência Química pela UNIFESP.

Ronaldo R. Laranjeira é médico e psiquiatra pela Escola Paulista de Medicina. Ph.D em Psiquiatria pela Universidade de Londres e Professor Titular do Departamento de Psiquiatria da UNIFESP. Coordenador do UNIAD/UNIFESP e investigador principal do Instituto Nacional de Políticas do Álcool e Drogas/CNPq.

TÓPICOS AVANÇADOS EM CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

coordenação

FELIPE CORCHS

JAN LUIZ LEONARDI

O curso visa a um aprofundamento teórico sobre temas tradicionais em análise do comportamento, sempre com uma meta de aplicá-los a casos clínicos. Com este propósito, pretendemos, em encontros periódicos, dar subsídios para que terapeutas e estudantes possam reciclar seus conhecimentos e se apropriar de ferramentas para a produção de conhecimento a partir de sua prática clínica.

data

as datas são informadas no site

horário

das 8h30 às 12h30



www.nucleoparadigma.com.br

Rua Wanderley, 611
Perdizes São Paulo/SP
Tel. 11 3672-0194
CRP 4861J

LIVRARIA VIRTUAL DO NÚCLEO PARADIGMA DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO



Acesse:

www.nucleoparadigma.com.br/loja

Somente títulos relacionados ao
behaviorismo radical, à análise do
comportamento e a áreas afins.



Análise do Comportamento Aplicada à Educação – Orientação de pais

Encontrando a luz azul...¹

Ana Beatriz D. Chamati

Clara é uma criança de 7 anos. O primeiro relato dos pais é carregado de “artes” da menina e exemplos de maus comportamentos. Paula, a mãe, diz que “Clara é assim desde que nasceu, chorava para tudo o que queria. Desde os dois anos, as brigas com a irmã mais velha são constantes e, naquela idade, começou a escolher a roupa que queria vestir!

Tenho até vergonha de dizer isso: precisamos repetir mais de dez vezes o mesmo pedido e, mesmo assim, ela desafia e começa a dizer que não vai tomar banho, que não está com fome e não vai sentar à mesa para jantar, que vai fazer a lição depois de brincar com os colegas do prédio.” O pai complementa: “Ela não segue nenhuma regra da casa, faz tudo do jeito que quer. Em um ano, trocamos de babá quatro vezes, quatro vezes! Ninguém aguenta!”. Solicito mais detalhes das situações descritas, pergunto especialmente sobre a postura dos pais quando se deparam com tais comportamentos da filha e eles relatam que, cansados de brigar, sempre acabam cedendo ao que ela deseja.

Após uma hora de sessão, eu não escuto nenhum elogio dos pais à Clara. Então pergunto: “Vocês poderiam me contar um bom comportamento de Clara?”. A pergunta é seguida por quase um minuto de silêncio e, enfim, a mãe

diz: “Não sei dizer”. Solicito que se esforcem e pensem num único exemplo para dizerem algo de bom sobre a filha. A mãe diz que está muito cansada e, no momento, não consegue pensar em nada; o pai permanece em silêncio.

A criança não escolhe se comportar de uma forma indesejada pelos pais porque quer, mas porque esse comportamento funciona para atrair a atenção deles.

Pergunto então quais são os momentos que eles dedicam para ficar com Clara. Ambos dizem que as atividades da rotina são tão exaustivas que não conseguem dedicar um momento de lazer à filha.

Peço aos pais para imaginarem que a vida de Clara está sendo vista de um palco. De um lado, ele é iluminado por uma luz azul; de outro, por uma luz vermelha. No palco, Clara buscará estar embaixo dos refletores que mais iluminam. A criança não escolhe se comportar de uma forma indesejada pelos pais porque quer, mas porque esse comportamento funciona para atrair a atenção deles. Quando o foco dos pais é no comportamento inapropriado, estes são os comportamentos que aumentam de frequência. Assim, enquanto a luz vermelha (referência a comportamentos indesejados) aumenta a cada dia, a luz azul (referência a bons comportamentos) diminui na mesma medida.

Tudo o que fazemos aprendemos a fazer. Uma criança se comporta como se comporta porque aprendeu que, ao agir como age, consegue o que quer: a atenção dos pais. Nesse sentido, podemos pensar que tudo o que fazemos é mantido pelas consequências, pelo que ocorre após o que fazemos. Por que giramos a maçaneta da porta sempre no mesmo sentido? Por que abrimos um pacote de chocolate quando dizemos que estamos de regime? Por que uma criança chora quando algo lhe desagrada? Por que digo para minha mãe que não vou tomar banho quando chega o horário de tomar banho? Por que como o doce na hora que minha mãe diz que não devo comer? Agimos como agimos porque nossa ação produz algum efeito no mundo, efeito este que mantém nossa ação.

Finalizo a sessão solicitando aos pais que observem diariamente o comportamento de Clara, buscando atentar aos bons comportamentos da filha, aos que consideram apropriados, e que me enviem e-mails diários, separadamente, descrevendo o que observaram de bom na filha naquele dia e que retornem em uma semana. Antes de levantar, o pai diz: “Olha, doutora, você vai me desculpar, mas o que eu quero é que você dê um jeito nessa menina porque eu não aguento mais. Aí eu chego aqui e você me vem com essa de luz colorida e me pede para olhar o que minha filha faz de bom? Eu não aguento mais essa menina!”. O pai levanta e sai da sala. A mãe pede o meu e-mail e vai ao encontro do marido.

Após três dias da sessão realizada, recebi um longo e-mail da mãe relatando que não havia reparado como não conseguia ver tantas qualidades na filha e que a sessão realizada havia tido um impacto forte sobre ela. “A minha filha é carinhosa, é uma das melhores alunas da sala, é educada com os avós, vai dormir no horário certo, tem vários amigos na escola. No dia da

nossa sessão, cheguei em casa e a Clara correu me abraçar dizendo estar com saudade. Percebi que recebo esse abraço todos os dias, mas os conflitos com ela me faziam desprezar esse carinho. Abracei ela tão forte que, em seguida, ela me pediu para abraçá-la todos os dias do mesmo jeito. Eu, então, disse a ela que a amava. Ela me disse que sabia que já deveria ter tomado banho e me perguntou se fosse correndo para o banho, naquele momento, se eu poderia depois olhar os desenhos que ela havia feito enquanto eu estava fora de casa”. O longo e-mail ainda dizia que em três dias ela observava que, aos poucos, a luz azul aumentava de alcance, enquanto a vermelha diminuía, e que não ia desistir de encontrá-la. “Sinto que a Clara é meu presente para clarear e redirecionar o meu olhar em busca da luz azul”. Finalizou dizendo que sabia que a tarefa não seria fácil, mas percebia que estava aprendendo a mudar o olhar que tem sobre a filha e que acreditava que com a minha ajuda conseguiria. Confirmou que continuaria me escrevendo exemplos do que eu havia solicitado e que compareceria à próxima sessão. Recebi e-mails diários até encontrá-la novamente, junto com o marido, na sala de espera do meu consultório.

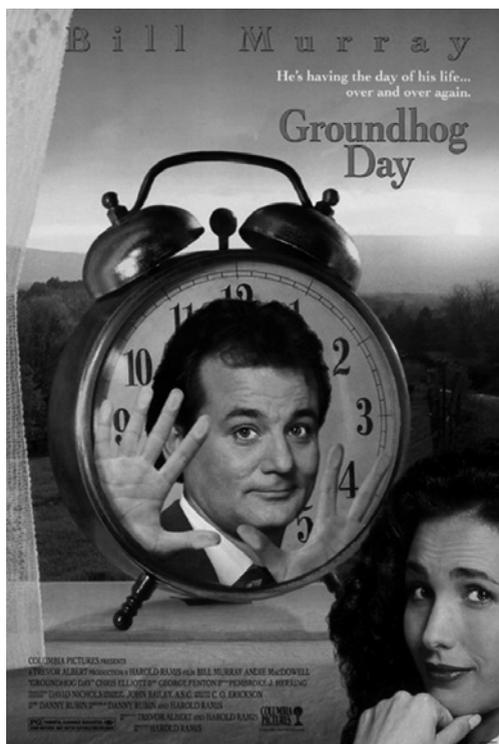
1 O caso descrito neste texto é fictício, baseado em leituras e experiência de trabalho. Dedico a luz azul à minha amiga e companheira de trabalho Bia Alckmin.

Ana Beatriz D. Chamati é psicóloga pelo Mackenzie, especialista em Clínica Analítico-Comportamental pelo Núcleo Paradigma e mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela PUC-SP. No Núcleo Paradigma, atua como terapeuta, coordenadora do aprimoramento em Orientação Parental: Análises e Procedimentos, professora e supervisora da formação em Clínica Analítico-Comportamental Infantil.

Comportamento em Cena

Feitiço do Tempo: Metáfora sobre a importância da variabilidade comportamental

Bernardo Dutra Rodrigues e Ila Marques Porto Linares



Dirigido por Harold Ramis, o filme *Feitiço do Tempo*¹ conta a história de Phil Connors (interpretado por Bill Murray), um egocêntrico repórter enviado ao distrito norte-americano de Punxsutawney, no estado da Pensilvânia, para cobrir o festival do Dia da Marmota – celebração na qual uma marmota prevê quanto tempo o inverno irá durar.

Ao final do evento, o repórter e sua equipe – composta por Rita (interpretada por Andie MacDowell) e por Larry (interpretado por Chris Elliott) – têm de adiar a saída da cidade por causa de uma forte nevasca. Assim, passam a noite num hotel.

Ao acordar, no que deveria ser o dia seguinte, Phil escuta no rádio a mesma entrevista do dia anterior. A partir de então, aos poucos nota que o programa de rádio não é o único a se repetir, mas sim o dia 2 de fevereiro. O repórter entrara numa espécie de *looping*. Após dormir, desperta sempre no mesmo dia, sendo o único a se lembrar do que ocorreu no dia anterior.

O contexto fantástico adquire uma função aversiva para o protagonista do filme. Por vezes, ele se comporta de maneira diferente, na tentativa de alterar o desfecho de seu dia. A *variabilidade* do comportamento, cumpre lembrar, é investigada desde os primeiros manuais de análise do comportamento, como *Princípios de Psicologia*, de Keller e Schoenfeld (1950/1966).

Em resumo, o comportamento sempre apresenta algum grau de variabilidade. Em alguns casos, o indivíduo emite respostas diferentes topográfica e/ou funcionalmente; noutros, a variabilidade ocorre apenas numa propriedade do comportamento (e.g., duração). Graças à variabilidade, vale sublinhar, é possível modelar novas respostas no repertório

de um indivíduo. Afinal, não fossem as pequenas variações entre respostas da mesma classe, o reforçamento diferencial de aproximações sucessivas em direção à resposta-alvo não poderia ser promovido.

No filme, ao se ver parado no tempo, Phil começa a variar seu comportamento. Contudo, nenhuma de suas ações produz a consequência

Nunca é demais lembrar: o cliente só poderá esperar consequências diferentes de suas ações (e.g., produção de reforçadores positivos e eliminação de reforçadores negativos), se agir de uma maneira diferente no mundo.

desejada, isto é, a mudança de sua rotina diária. Dessa forma, com o passar do tempo, a variabilidade entra em extinção. Aliás, conforme lembram Keller e Schoenfeld (1950/1966), a própria extinção é um processo comportamental que inicialmente aumenta a variabilidade e a frequência de respostas anteriormente reforçadas.

Obviamente, Phil não aprendeu ao longo de sua vida uma resposta capaz de fazer o tempo voltar a fluir normalmente. Na situação atípica em que se encontra, os comportamentos evocados são de caráter mais genérico. A princípio, por exemplo, conta sua história e

pede ajuda a pessoas mais próximas, como Rita e Larry. Uma vez que não obtém sucesso com eles, passa a conversar com pessoas mais distantes.

Apesar de se observar certa variabilidade no repertório de Phil, ele ainda se comporta de uma maneira um tanto estereotipada. Por exemplo, o repórter continua sendo arrogante

e egoísta, o que resulta em discussões e até mesmo brigas com moradores da cidade. Isso mostra como a variabilidade é um fenômeno aprendido, manifestando-se

de forma idiossincrática, em acordo com o repertório de cada indivíduo.

Sem apresentar uma ação capaz de livrá-lo da aversiva condição diária, Phil sucumbe ao que Sidman (1989/1993) chamou de *resposta última de fuga*: a tentativa de suicídio. Mais uma vez, porém, fracassa. A cada vez que ele se mata, desperta novamente em sua cama.

A nova tentativa do protagonista, então, é agir de maneira distinta ao seu padrão. Nesse sentido, ele acolhe um mendigo, auxilia idosos, escuta os colegas, mostra-se empático, reclama menos, inicia diálogos com pessoas diferentes, começa a tocar piano e a esculpir estátuas, entre



outros. A mudança de atitude aproxima o repórter das pessoas e resulta em aprovação social, diminuindo a aversividade de suas relações.

No fim do filme, Phil passa a noite com Rita. Desta vez, ao contrário de ocasiões anteriores, ele se mostra atencioso, gentil e sincero. Ao acordar no dia seguinte, o protagonista se surpreende com o término do “feitiço”.

Como resultado da variação de seu comportamento e da decorrente produção de novas relações sociais, o repórter enfim liberta-se do estado aversivo em que se encontrou por um longo período de sua vida.

Feitiço do Tempo também pode ser visto como uma metáfora sobre a importância da variabilidade comportamental no processo terapêutico. Criar um contexto que favoreça a variabilidade é um desafio para qualquer terapeuta cuja tarefa seja modelar o repertório do cliente (Glenn & Field, 1994). Para isso, é necessário reforçar sutis alterações no comportamento do cliente, de modo a aumentar a probabilidade da classe de respostas-alvo (Skinner, 1981). Ao mesmo tempo, para maior eficácia do processo, deve-se estimular o cliente

a observar e a descrever seu próprio comportamento, colocando o repertório de autoconhecimento a serviço do autocontrole. Afinal, nunca é demais lembrar: o cliente só poderá esperar consequências diferentes de suas ações (e.g.,

Feitiço do Tempo também pode ser visto como uma metáfora sobre a importância da variabilidade comportamental no processo terapêutico.

produção de reforçadores positivos e eliminação de reforçadores negativos), se agir de uma maneira diferente no mundo. ■

1 Em inglês, o título original é *Groundhog Day*.

Referências

- Glenn, S. S. & Field, D. P. (1994). Functions of the environment in behavioral evolution. *The Behavior Analyst*, 17, 241-259.
- Keller, F. S. & Schoenfeld, W. N. (1966). *Princípios de psicologia*. São Paulo, SP: Herder. (Trabalho originalmente publicado em 1950.)
- Sidman, M. (2003). *Coerção e suas implicações*. São Paulo, SP: Editora Livro Pleno. (Trabalho original publicado em 1989.)
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504.

Bernardo Dutra Rodrigues é psicólogo pela UNAMA, especialista em Clínica Analítico-Comportamental pelo Núcleo Paradigma e mestre em Psicologia Experimental pela UFPA. No Núcleo Paradigma, atua como terapeuta e acompanhante terapêutico.

Ila Marques Porto Linares é psicóloga pela UFSCar, especialista em Clínica Analítico-Comportamental pelo Núcleo Paradigma, mestre em Neurociências e doutoranda em Saúde Mental pela USP-RP. No Núcleo Paradigma, atua como terapeuta.



Análise do Comportamento e Sociedade

Sustentabilidade é um termo válido na análise do comportamento?

Candido Pessôa

Em 2013, o termo *sustentabilidade* completou 300 anos de seu primeiro registro impresso, na obra intitulada *Sylvicultura Oeconomica* (Welzel, 2013). Originário da Alemanha, ele remete à necessidade de se equilibrar o consumo de madeira para as fundições com a manutenção dos bosques, de modo a evitar sua extinção.

Na década de 1980, o termo foi bastante difundido pela *World Commission on Environment and Development* (WCED), uma comissão da ONU. Assumindo uma ligação

Assumindo uma ligação necessária entre o desenvolvimento econômico e a crise ambiental, a WCED definiu a expressão desenvolvimento sustentável. Trata-se do desenvolvimento que atinge as necessidades atuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atingir as próprias necessidades.

necessária entre o desenvolvimento econômico e a crise ambiental, a WCED definiu a expressão *desenvolvimento sustentável*. Trata-se do desenvolvimento que atinge as necessidades atuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atingir as próprias necessidades. Percebe-se claramente uma equi-

valência entre os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

A agenda proposta pela WCED (1997) baseou-se no desenvolvimento sustentável. Tassara (1992), no entanto, identificou interesses subjacentes à nova proposição. Segundo a autora, a agenda apresentada pela WCED deslocou três eixos lógicos e de significação no discurso ambientalista: (a) o deslocamento *geográfico* do Mediterrâneo para o Amazonas; (b) o deslocamento *causal* da interdependência entre crescimento demográfico, produção de alimentos e utilização de recursos naturais para o problema da explosão demográfica em países de terceiro mundo como determinante da problemática ambiental; (c) o deslocamento *político* de uma procura

de sentido no trabalho humano para a rigidez de enunciados assertivos. Segundo Tassara, a fim de evitar o uso da expressão *desenvolvimento sustentável* a serviço da dominação do discurso ambientalista, caberia aos cidadãos no exercício de diferentes profissões resguardar a indissociabilidade do trinômio cultura-técnica-ambiente.

A proposta de Tassara (1992) corrobora o uso do termo *sustentabilidade* em uma visão de análise do comportamento. Esta reconhece a possibilidade de um uso diferente do termo, sem

A meu ver, dessa forma, substitui-se uma agenda de maximização econômica por uma noção utópica comprometida com uma sociedade mais igualitária (Holland, 1972).

prejuízo da dimensão econômica necessária, mas refletindo sobre as intenções políticas relativas à intervenção comportamental (Holland, 1972). A meu ver, dessa forma, substitui-se uma agenda de maximização econômica por uma noção utópica comprometida com uma sociedade mais igualitária (Holland, 1972).

Baseados nessa concepção mais analítico-comportamental de sustentabilidade, conduzimos atualmente pelo menos dois projetos de pesquisa no Mestrado Profissional do Núcleo Paradigma. O primeiro projeto busca estimular a substituição do consumo de alimentos industrializados pelo consumo de frutas e hortaliças *in natura* por crianças de escolas públicas da periferia de São Paulo. O segundo projeto procura estudar formas de garantir a sustentabi-

lidade de intervenções comportamentais com crianças com desenvolvimento atípico, por meio da orientação de seus pais.

Acreditamos que a observação do trinômio proposto por Tassara (1992), com destaque para o respeito aos valores culturais das pessoas envolvidas nas intervenções (i.e., os próprios participantes e aqueles que constituirão o ambiente para os comportamentos a serem mudados), não apenas aumentará a possibilidade de sucesso das propostas de desenvolvimento técnico, mas também promoverá condições para que os participantes das pesquisas fiquem mais próximos dos controles de suas próprias contingências de reforço. ■

Candido Pessoa é administrador pela FGV-SP, mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela PUC-SP e doutor em Psicologia Experimental pela USP. No Núcleo Paradigma, atua como professor no mestrado em Análise do Comportamento Aplicada e na especialização em Clínica Analítico-Comportamental.

Referências

Holland, J. (Janeiro de 1972). Political implications of applying behavioral psychology. Artigo apresentado no *Second Annual International Seminar on Behavior Modification*, na Cidade do México. Recuperado de http://neurodiversity.com/library_holland_1972.pdf.

Tassara, E. T. O. (1992). A propagação do discurso ambientalista e a produção estratégica da dominação. *Espaços & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, 35, 11-15.

Welzel, E. (Setembro de 2013). Sobre a origem de uma palavra. *Jornal Opção*, 1994. Recuperado de <http://www.jornalopcao.com.br/colunas/carta-da-europa/sobre-a-origem-de-uma-palavra>.

World Commission on Environment and Development. (1997). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future*. Recuperado de <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>.



MESTRADO PROFISSIONAL EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA

**PRIMEIRO MESTRADO PROFISSIONAL
RECOMENDADO PELA CAPES NA ÁREA DE PSICOLOGIA**

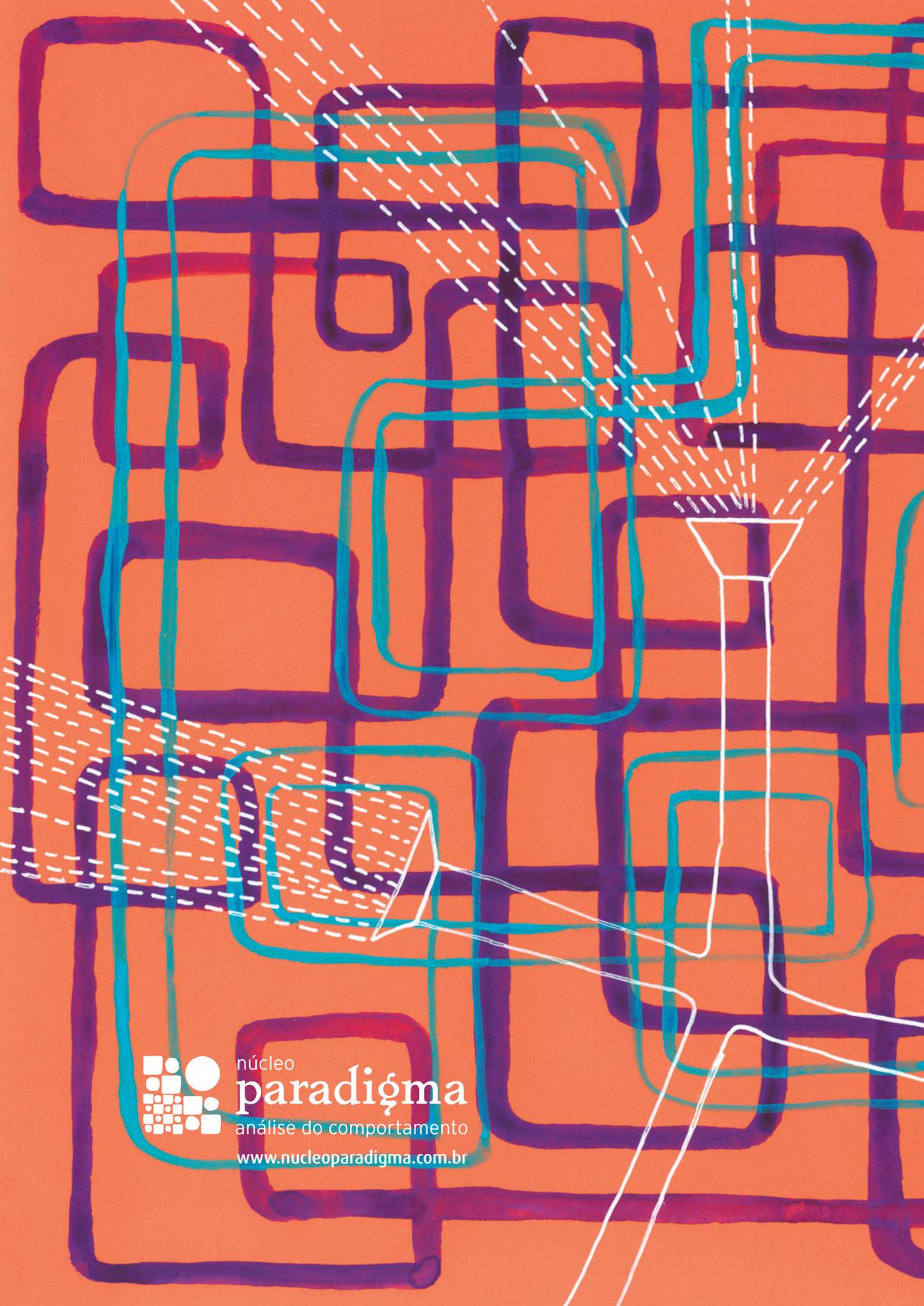
- PÚBLICO-ALVO**
- Cultura
 - Desenvolvimento Atípico
 - Desenvolvimento Sustentável
 - Economia Comportamental
 - Educação
 - Marketing
 - Organizações
 - Processos Grupais
 - Psicologia Ambiental
 - Psicologia Clínica
 - Psicologia do Esporte e da Atividade Física
 - Saúde
 - Segurança
 - Segurança no Trabalho

ESTRUTURA DO CURSO
30 créditos (15 horas cada)
distribuídos dentre as
seguintes atividades:

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 9 créditos
DISCIPLINAS ELETIVAS: 6 créditos
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO: 9 créditos
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR OBRIGATÓRIA: 6 créditos

COORDENAÇÃO
INÍCIO
DURAÇÃO
AULAS

Dr. Roberto Alves Banaco e Dr. Denis Roberto Zamignani
FEVEREIRO DE 2015
4 semestres
2^{as} e 3^{as} / Períodos vespertino e noturno



núcleo
paradigma

análise do comportamento

www.nucleoparadigma.com.br